

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO  
VALE DO JURUENA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: EVIDENCIAÇÃO DOS RESÍDUOS  
ORGÂNICOS NO PASSIVO AMBIENTAL**

**Autor: Eder Carlos de Souza**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Alcione Adame**

JUÍNA/MT

2010

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO  
VALE DO JURUENA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: EVIDENCIAÇÃO DOS RESÍDUOS  
ORGÂNICOS NO PASSIVO AMBIENTAL**

**Autor: Eder Carlos de Souza**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Alcione Adame**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis.

JUÍNA/MT

2010

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO  
VALE DO JURUENA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Monografia apresentada em 30/11/2010 e aprovada pela Banca Examinadora,  
constituída pelos professores:

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Alcione Adame**  
**Orientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Ms. Cleiva Schaurich Mativi**  
**Membro**

---

**Prof<sup>a</sup> Esp. Angela Maria Dalberto**  
**Membro**

JUÍNA-MT  
2010

Dedico este trabalho a toda minha família e em especial aos meus pais Luiz e Vera, também a minha namorada Tatiele, pois me incentivaram a lutar por esse objetivo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que nos concedeu o dom da vida, e pela bênção de ter me oferecida uma família acolhedora e que busca seguir a deus. Agradeço também aos meus irmãos Érica, Élcio e Eliane, pois essas me deram força pra seguir nessa caminhada em busca de novas conquistas.

Agradeço também a minha namorada Tatiele que me entendeu nas minhas ausências e me deu forças para seguir firme nesta nova jornada da minha vida. Por tudo que passamos juntos, espero ter muitas alegrias ao seu lado independentemente do que vier a acontecer e dizer que amo você.

As minha cunhada Suélen com importância nesta jornada a minha sobrinha Kemily Eloar que foram importantes nesta luta que tivemos nesses quatro anos.

A minha professora e orientadora Alcione Adame por me auxiliar no amadurecimento dos meus conhecimentos e que me deram êxito na conclusão deste trabalho.

Por fim agradeço de coração aos meus pais Luiz e Vera que é a fonte de amor de equilíbrio de paciência e me aconselha que a vida, exige constantes buscas de sabedoria e de perseverança, para que o futuro seja de sucesso pessoal e profissional, seguindo sempre no caminho de Deus com fé e com sabedoria espiritual.

A todos meus familiares que, de alguma forma contribuíram para esta formação, e também a todos meus colegas de sala que compartilharam na junção e na agregação de conhecimento, por isso agradeço de coração a todos.

“Entre o passado, onde estão  
nossas recordações e o futuro,  
onde estão nossas esperanças,  
fica o presente onde está  
nosso dever”.  
(SUELI PIOLI BIGUCCI)

## RESUMO

A contabilidade ambiental tem como responsabilidade avaliar os riscos ambientais, e analisar de que maneira as entidades evidencia seus passivos ambientais, pois estes são entendidos como obrigações decorrentes de danos causados ao meio ambiente por descontrole de entidades, as que utilizam a contabilidade ambiental devem reconhecer suas evidências em relatórios financeiros, pois estes relatórios indicam a transparência da entidade diante da sociedade. O Passivo Ambiental por sua vez tem a missão de resgatar as dívidas das entidades com a natureza, através de investimentos que será constituído pela entidade com a responsabilidade de obedecer a prazos, na recuperação ou na reparação dos danos com o intuito de amenizar ou acabar com os danos causados ao meio ambiente. Finalizando com as evidenciações do passivo ambiental com relatos e informações, de utilização e controle dos orgânicos.

**Palavras-chave:** Contabilidade Ambiental. Evidenciação. Resíduos Orgânicos. Passivo Ambiental.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Adubos Orgânicos .....	34
Figura 2 - Produtos orgânicos .....	37

|

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- As formas de evidenciação da contabilidade .....	21
Quadro 2 - A classificação da contabilidade ambiental .....	24
Quadro 3 - Agentes que tem levado empresas a aderirem à Contabilidade Ambiental .....	25

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACPO	- Associação de Combate aos Poluentes
CF	- Constituição Federal
CTC	- Capacidade de troca catiônica
CO2	- Dióxido de Carbono
CPC	- Código de Processo Civil
CC	- Código Civil
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
DMA	- Departamento do Meio Ambiente
FIESP	- Federação das Indústrias de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1.2 PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	<b>13</b>
<b>1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA</b> .....	<b>14</b>
<b>1.4 OBJETIVOS</b> .....	<b>14</b>
1.4.1 Objetivo Geral.....	14
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	14
<b>1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA</b> .....	<b>15</b>
<b>1.6 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>15</b>
<b>1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1 A CONTABILIDADE</b> .....	<b>17</b>
2.1.1 A origem .....	17
2.1.2 Objetivo .....	18
2.1.3 Ramificações da Contabilidade .....	19
2.1.4 Contabilidade financeira .....	19
2.1.5 Contabilidade gerencial .....	19
2.1.6 Contabilidade de Custos.....	20
2.1.7 Contabilidade Ambiental.....	20
<b>2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL</b> .....	<b>20</b>
2.2.1 Disclosure .....	20
<b>2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL</b> .....	<b>22</b>
2.3.1 Função da Contabilidade Ambiental .....	26
2.3.2 Impactos Ambientais .....	26
<b>2.4 PASSIVO AMBIENTAL</b> .....	<b>27</b>
2.4.1 Origem do Passivo Ambiental .....	29
<b>2.5 RESÍDUOS SÓLIDOS</b> .....	<b>30</b>
2.5.1 Resíduos Domésticos.....	31
2.5.2 Resíduos Industriais .....	31
2.5.3 Resíduos Comerciais.....	32
2.5.4 Resíduos Hospitalar .....	32

2.5.5 Os Resíduos Agrícolas .....	33
<b>2.6 RESÍDUOS ORGÂNICOS .....</b>	<b>34</b>
<b>2.7 AGRICULTURA ORGÂNICA .....</b>	<b>35</b>
2.7.1 Norma de produção orgânica .....	36
2.7.2 Fertilizantes .....	37
2.7.3 Fertilizante orgânico .....	37
<b>2.8 BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS.....</b>	<b>38</b>
2.8.1 Benefícios.....	38
2.8.2 Malefícios .....	39
<b>2.9 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA .....</b>	<b>40</b>
2.9.1 Princípios.....	40
2.9.2 Princípio da Precaução.....	41
2.9.3 Princípio da Prevenção.....	43
2.9.4 Princípio do Poluidor Pagador .....	44
2.10 Sustentabilidade .....	45
2.11 Responsabilidade Civil .....	46
2.11.1 Conceito.....	46
2.11.2 Pressuposto da Responsabilidade Civil .....	47
2.11.3 Responsabilidade por Dano Ambiental.....	47
2.11.4 - Responsabilidade Civil Ambiental – Regra Da Objetividade ..	48
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>50</b>
<b>3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>50</b>
<b>4 ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>52</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>56</b>

## **1.INTRODUÇÃO**

### **1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

A contabilidade ambiental surgiu com a preocupação de focar suas ações no controle de atividades que poderão causar alguns tipos de descontrole ao meio ambiente. A contabilidade ambiental também pode ser discernida como sendo um conjunto de informações que busca adequar os padrões ambientais dentro da gestão das empresas, com o objetivo de fortalecer o controle de ações ligadas aos impactos causados ao meio ambiente.

A contabilidade ambiental tem como responsabilidade registrar todos os fatos econômicos ocorridos nas empresas, pois este fator pode interferir no patrimônio das empresas, além de registrar a contabilidade ambiental também gerência visando mensurar os impactos ambientais decorrentes de atividades econômicas, voltadas para desenvolvimento sustentável.

Com base no planejamento da contabilidade ambiental, surge-o passivo ambiental que é decorrente de obrigações encontradas nas empresas. Avaliando os custos ambientais ainda não ressarcidos corretamente. Afirma-se que o passivo ambiental tem a obrigação, perante o surgimento de eventos ambientais passados. Sendo assim, o passivo ambiental deve ser reconhecido em relatórios financeiros, isso se houve ocorrência provável

O passivo ambiental vem sendo utilizado devido a ações degradáveis das empresas, podendo essas ser objeto de penalidades como: multas, indenizações e até mesmo a obrigatoriedade de uma compensação ambiental em áreas danificadas, essas obrigações podem ser medidas a curto e longo prazo devendo ser única e exclusivamente para investimentos de ações em processo de extinção ou amenização dos danos causados pelas empresas ao meio ambiente.

Além das empresas, a sociedade também tem uma relação importante no descontrole ambiental, uma vez que, ignoram alguns procedimentos importantes para o controle ambiental tais como, a organização dos resíduos

sólidos, pois são deixados em locais cruciais favorecendo o descontrole ambiental, os resíduos orgânicos dispõe de várias formas de reaproveitamento uma delas é a compostagem utilizada para a fermentação dos vários resíduos agrupados, com a função de tornar um fertilizante mais eficaz na produção orgânica.

Conforme o IBAM, a compostagem é definida como:

O processo natural de decomposição biológica de materiais orgânicos (aqueles que possuem carbono em sua estrutura como: folhas secas, jornal, palha de cereais, entre outros), de origem animal ou vegetal, pela ação de micro organismo para que ele ocorra não é necessária adição de qualquer componente físico ou químico a massa do lixo.

O foco estabelecido na contabilidade ambiental condiz com o regimento dos resíduos orgânicos, que oferece a sociedade informações que tem a capacidade de produção disponibilizada com o tratamento dos resíduos orgânicos utilizados como adubos. Portanto, o uso consciente dos materiais orgânicos diminui a degradação ambiental e fortalece a estrutura de um meio produtivo sustentável.

Dessa maneira este trabalho buscou informar que a contabilidade ambiental através do passivo ambiental, que o tratamento dos resíduos orgânicos e seu uso como adubo diminuem a ocorrência do impacto ambiental e disponibiliza produtos que qualidade e beneficiando a população na diminuição de ocorrências hospitalares.

## **1.2 PROBLEMA DE PESQUISA**

Para Gil (2010, P. 06), o problema da pesquisa, pode ser definido como: “assunto controverso, ainda não satisfatoriamente respondido em qualquer campo do conhecimento”.

Partindo desse entendimento, o problema proposto neste trabalho é: Onde os resíduos orgânicos são evidenciados na contabilidade ambiental?

### **1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA**

Preceitua Severino (2002, p. 161): “São idéias cuja demonstração permite alcançar as várias etapas que se deve atingir para a construção total do raciocínio, é o que se pretende demonstrar e não o que já se tem demonstrado”.

- A contabilidade ambiental tem a responsabilidade de evidenciar os fatos ocorridos nas entidades que possuem relevância para o meio ambiente como é o caso dos resíduos orgânicos;
- Os resíduos orgânicos não são evidenciados na contabilidade ambiental.

### **1.4 OBJETIVOS**

#### **1.4.1 Objetivo Geral**

De acordo com Gil (2002, p. 100): “os objetivos referem-se à descrição das características de determinado grupo, fato ou fenômeno”.

Verificar onde os resíduos orgânicos são evidenciados na contabilidade ambiental.

#### **1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Para melhor entendimento dos leitores os pontos fundamentais elaborados nesta pesquisa são:

- Identificar os conceitos de contabilidade e sua relação com os resíduos orgânicos.
- Analisar as formas de evidenciação dos resíduos orgânicos na contabilidade ambiental.

## **1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA**

Neste trabalho foi abordada, a evidenciação dos resíduos orgânicos na contabilidade ambiental pesquisados em livros e artigos científicos com o intuito de orientar os leitores das conseqüências que o abandono de resíduos orgânicos causa ao meio ambiente. Lembrando que este trabalho foi focado somente em aspectos teóricos.

## **1.6 JUSTIFICATIVA**

As informações obtidas neste trabalho buscam enfatizar soluções relevantes aos resíduos orgânicos, considerando que a sociedade não diferencia os produtos orgânicos dos produzidos com adubos químicos.

Em busca de fortalecer essas diferenças as empresas estão utilizando estudos que comprovam que os resíduos orgânicos transformados em adubos fortalecem o solo e aumenta a produtividade e a qualidade dos produtos.

A contabilidade ambiental por sua vez, destaca que as ações ambientais vieram para melhor auxiliar e gerenciar as atividades desenvolvidas, para que estas possam garantir a sustentabilidade do processo produtivo e também organizar sua permanência no mercado através das análises dos relatórios contábeis.

O passivo ambiental evidencia, que as informações de desempenho econômico, financeiro, social e ambiental, objetiva controlar as atividades conforme os fatos ocorridos ou que venham a ocorrer, portanto estes devem estar mensurados, podendo interferir a qualquer tempo ao meio ambiente inclusive na reparação de resíduos orgânicos.

## 1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

Essa pesquisa tem como estrutura básica, cinco capítulos, em seu capítulo I estão desenvolvidos os seguintes tópicos: Introdução, contendo problemas, objetivos tanto gerais como específicos e a justificativa

Para que haja um direcionamento, no capítulo II, desenvolveu-se os tópicos do referencial teórico onde foram expostos, a contabilidade, a contabilidade ambiental, passivo ambiental, os resíduos sólidos e orgânicos, adubo, a sustentabilidade e também a responsabilidade civil.

No capítulo III, são demonstrados os métodos utilizados neste trabalho que por sua vez são: método qualitativo, descritivos e explicativos. Já no capítulo IV, são apresentados a análise dos dados, que é a análise dos tópicos apresentados no referencial teórico.

E por fim no capítulo V, esta a conclusão onde se busca responder o problema de pesquisa, e os objetivos geral e específico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A CONTABILIDADE

#### 2.1.1 A origem

A contabilidade é tão antiga quanto a história da humanidade, sendo assim pode se afirmar que os primeiros sinais contábeis surgiram com o homem primitivo ao inventariar os instrumentos de caça e pesca e também ao contar seus rebanhos e suas ânforas de bebidas, portanto esses sinais são vistos como rudimentar. (IUDICIBUS, 2006, p. 34).

Observa-se que a contabilidade sempre teve uma função importante mesmo com a pouca técnica de utilização daquela época, tendo em vista que era uma forma de conferência utilizada sem muita expressão contábil. Porém a contabilidade começou a ser desenvolvida por volta do século XIII.

Para Berti (2001, p.23) a origem da contabilidade surgiu:

Na invenção da escrita, a representação dos números normalmente tem sido uma precedência histórica. Logo é possível localizar os primeiros exemplos de contabilidade, seguramente alguns milênios antes de cristo, entre a civilização suméricobabilonense.

Portanto a contabilidade neste período não tinha nenhuma expressão com números contábeis, seu processo de evolução começou a ser observado com a chegada da escrita principalmente na Europa e América.

Conforme Iudicibus e Marion (2006, P.32) a origem da contabilidade é:

Todavia, o que fica bem claro é que mesmo sem a moeda, escrita e número, a contabilidade, como inventário, já existia, ficando evidenciado que ela é tão antiga quanto à existência do homem atividade econômica, ou melhor, quem sabe, do homem sábio. Esta pode ser chamada de fase empírica da contabilidade, em que se utilizavam desenhos, figuras, imagens para identificar o patrimônio existente.

Por não obter conhecimentos básicos com números, os homens utilizavam vários tipos de expressões para melhor controlar suas atividades e também para garantir sua produção.

### **2.1.2 Objetivo**

A contabilidade tem o objetivo de fornecer aos seus usuários, as informações necessárias para a tomada de decisão através das análises das demonstrações contábeis.

Berti (2001, p.35) diz que o objetivo da contabilidade deriva:

Do conceito ser patrimônio o seu objeto de estudo, registrando-o e controlando-o, com a finalidade de fornecer informações aos administrador e a terceiros sobre a situação econômico-financeira de uma entidade ou agente econômico.

A função da contabilidade exercida significa ter controle das atividades econômicas e financeiras, onde a mesma esta sendo aplicada.

Já Ludicibus e Marion (2006, p.54) dizem que o objetivo da contabilidade:

Pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.

Neste sentido observa-se que a contabilidade é fundamental na junção de equilíbrio e desempenho das entidades, além de manter o foco econômico das atividades.

Também sobre o objetivo da contabilidade (Ludicibus, 2006, P.21) diz que:

O objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a contabilidade deveria ser capaz e

responsável pela apresentação de cadastro de informações totalmente diferenciada, para cada tipo de usuário.

Como a contabilidade abrange várias áreas de atividades deve ser observado pelo contador qual o melhor procedimento a serem tomados, com o objetivo de dar sustentabilidade aos parâmetros contábeis das entidades.

### **2.1.3 Ramificações da Contabilidade**

A contabilidade esta classificada em ramificações, para que cada área seja atendida com suporte necessário, e também para melhor orientar seus usuários.

Conforme Mariani (2009, p.20) as ramificações da contabilidade são classificadas como:

“Contabilidade financeira, contabilidade gerencial, contabilidade de custos e contabilidade ambiental”. No desenvolvimento deste trabalho vamos conhecer melhor as funções e as orientações da contabilidade ambiental e os mecanismos que ela nos mostra em relação aos resíduos orgânicos.

### **2.1.4 Contabilidade financeira**

Através dos demonstrativos financeiros, a contabilidade financeira tem como objetivo orientar os usuarios internos e externos a preparar melhor as operações atuais e planejar os resultados obtidos, para operações futuras conforme os princípios fundamentais da contabilidade (Warren, 2003).

### **2.1.5 Contabilidade gerencial**

As informações gerenciais são encontradas em dados já obtidos pelas empresas e são usados de forma estratégica pela administração pára

projeções futuras e também é fundamental na elaboração de relatórios visando obter resultados rentáveis em longo prazo. Porém a contabilidade gerencial não tem a obrigação de seguir os princípios contábeis por ser usado somente pela administração quando necessita de informações contundentes para tomada de decisão ou periodicamente (Warren, 2003).

### **2.1.6 Contabilidade de Custos**

A contabilidade de custo foi desenvolvida com a finalidade de avaliar os estoques e fornecer a administração dados que serão necessários na tomada de decisões, estabelecendo metas padronizadas de orçamentos para que possa ser confrontados com dados anteriores (Martins, 2006).

### **2.1.7 Contabilidade Ambiental**

A contabilidade ambiental é uma junção de bens, direitos e obrigações, apresentados a empresas que tem alguma relação com o meio ambiente, com o objetivo de informar de forma clara e objetiva a situação econômica da empresa em relação aos danos ambientais ocorridos ou que venha ocorrer. (Zanluca, 2010).

## **2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL**

### **2.2.1 Disclosure**

De acordo com Lima (2006, p. 01) disclosure: “é um dos objetivos básicos da contabilidade no mercado de capitais, para que se possa garantir a todos os tipos de usuarios as informações completas e confiáveis sobre a situação financeira e os resultados da companhia”.

Conforme aponta o autor, a evidenciação influencia na tomada de decisão com o objetivo de manter evolução do patrimônio e economias futuras saudáveis.

Conforme Ludicibus (2006, p. 127) “evidenciação [...] referem - se à informação de que este ou aquele item esta penhorada ou que certa exigibilidade tem direitos de prioridade sobre outras”.

Essa evidencia diz respeito à forma de partida dobrada para cada credito a um debito de igual valor.

Niyama (1996) *apud* Francisquetti (2009, p.28) diz que:

Disclosure [...] diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam uteis aos usuarios das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Diz-se que disclosure tem um papel fundamental no desenvolvimento das empresas e também e na essência de avaliar as oportunidades que tem as entidades na tomada de decisão, isso adequando valores presentes em projeções econômicas futuras.

Observa-se no quadro abaixo como são distribuídas as formas de evidenciação.

Quadro 1- As formas de evidenciação da contabilidade

<b>FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO</b>	<b>COMO SÃO EVIDENCIADAS AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS?</b>
Balanco patrimonial	Bens, direitos, obrigações para com terceiros, sócios, acionistas, imobilização, capital social
Demonstração de resultado do exercício	Lucro ou prejuízo do exercício, totais de receitas, despesas, custos operacionais.

Demonstração das mutações patrimoniais	As modificações ocorridas no patrimônio se aumentou ou diminuiu o capital social
Demonstração do lucro ou prejuízo acumulado	Como foi distribuído o lucro, se houver reservas
Demonstração de origem e aplicação de recursos	Como houve a origem e aplicação de recursos na empresa
Demonstração de fluxo de caixa	Como houve a origem e aplicação de recursos na empresa
Notas explicativas	Explicação de algo que não está claro nas demonstrações
Relatório contábil	Recomendações
Parecer de auditoria	Confirmação ou não da confiabilidade das informações.

Fonte: Francisquetti (2009, p.34)

### 2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade ambiental é o conjunto de informações que veio com a finalidade, de melhor adequar as ações ambientais de uma entidade, e também auxiliar o gerenciamento para que estas possam garantir seu processo gradativo de permanência no mercado.

De acordo com Carvalho, (2008, p.111) “a contabilidade ambiental pode ser definida como o destaque dado pela ciência aos registros e evidenciações da entidade referentes aos fatos relacionados com o meio ambiente”.

A contabilidade ambiental tem a responsabilidade de informar a sociedade os fatos ocorridos na empresa com resultados relacionados com o meio ambiente, além de disponibilizar relatórios claros e objetivos para a administração.

Para Machado (2010, p.11) “a contabilidade ambiental é classificada como ciência social, haja vista que é influenciada por mudanças nos campos políticos, econômicos e cultural”.

Muitas vezes a proteção a vida a saúde humana e também ao meio ambiente, são esquecidas por não olharem adiante e perceber que as futuras gerações vão ficar cada vez mais expostas as variações do ambiente natural.

Segundo Junior (2010, p.3) a contabilidade financeira ambiental:

Tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa, devendo assegurar que: a) os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas; b) o desempenho ambiental tenha a ampla transferência de que os usuários da informação contábil necessitam.

Ao contrário do que muitos pensam, o descontrole ambiental pode afetar o desempenho interno e externo das empresas, a contabilidade ambiental veio disponibilizar mais informações e melhor forma de controlar as ações ambientais das empresas que optem por ter um mundo mais equilibrado, economicamente, financeiramente e ambientalmente.

No controle da melhor condição de vida e melhor segurança ambiental a lei 6.938, de 31/08/1981 no seu art. 2º diz que:

A política nacional do meio ambiente tem por objetivo a preservação da qualidade ambiental propicia a vida, visando assegurar, no país, condições do desenvolvimento sócio- econômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana.

A Lei 6938/81 deixa claro que um controle ambiental rigoroso, é fundamental para o melhor desenvolvimento; econômico, financeiro e social em razão disso o nível de desenvolvimento sustentável se fortalece através de um estudo ambiental claro e objetivo que busca acrescentar na segurança social e ambiental informações que vão auxiliar no fortalecimento do manejo ambiental sustentável.

A contabilidade ambiental por sua vez atende mais especificamente em três âmbitos conforme observado no quadro abaixo:

Quadro 2 - A classificação da contabilidade ambiental

<b>Tipos Contabilidade ambiental</b>	<b>Enfoque</b>	<b>Dirigido a usuário</b>
Contabilidade nacional	Macroeconômico, economia nacional	Externo
Contabilidade financeira	A empresa	Externo
Contabilidade gerencial ou de custo	A empresa, departamentos, linha de produção, etc	

Fonte: Monografias, (2010)

A contabilidade nacional: é medida através do macroeconômico e é usado em unidades físicas (empresas), ou monetárias, conforme o consumo de recursos naturais de fontes renováveis ou não (kraemer a, 2003).

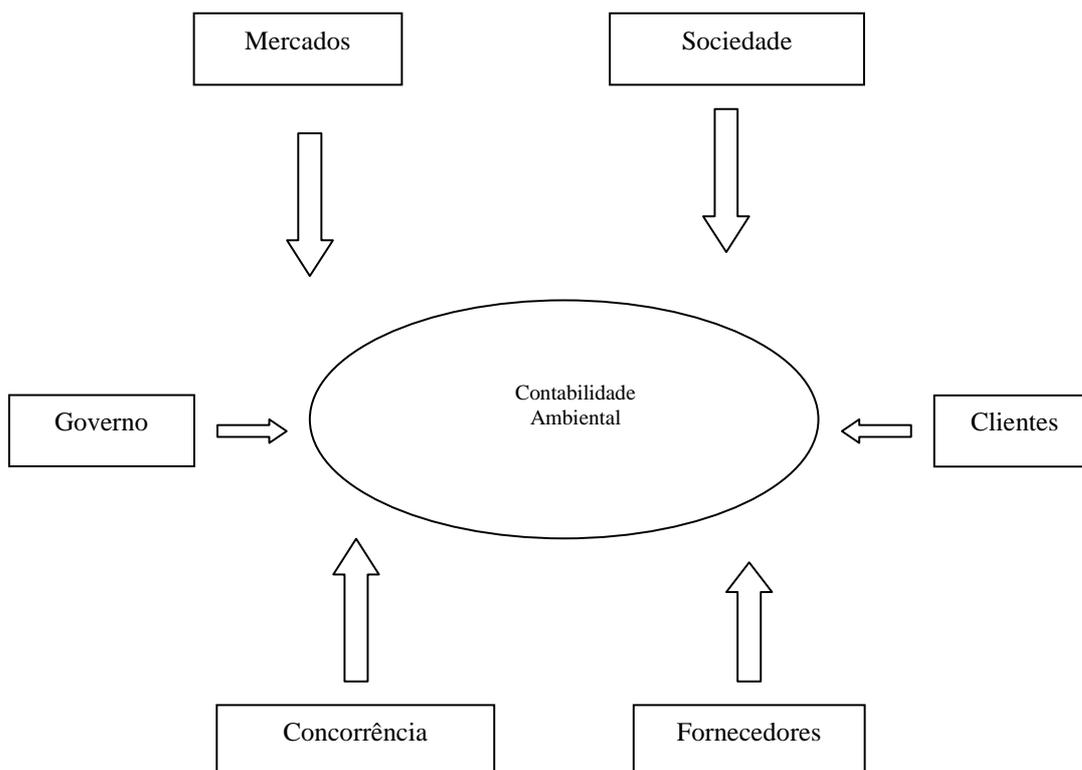
A contabilidade financeira: é usada para fornecer informações, sobre seu desempenho financeiro e também permite que as companhias preparem seus relatórios com responsabilidade social e ambiental (kraemer b 2003).

A contabilidade gerencial: é definida como um processo de identificação de compilação e análise de informações, com o propósito de avaliar internamente as ações da administração em relação aos custos, isso para favorecer a tomada de decisão administrativa (kraemer c 2003).

Pode-se afirmar que os três contextos contábeis ambiental, são indispensáveis nas variáveis de macro e microeconômicas, sendo que a macroeconômica, são medidas estruturais de políticas nacionais que busca fortalecer o nível das atividades econômicas do país. As microeconômicas, são formadas por níveis de controle de produção, como por exemplo, vendas e estratégia, que determina na formação de preço do produto.

Salienta-se que a preocupação como o meio ambiente desenvolve-se em todos os segmentos de atividades do governo, bem como em todos os aspectos sociais e econômicos do país.

Quadro 3 - Agentes que tem levado empresas a aderirem à Contabilidade Ambiental



Fonte: Carvalho (2008, p. 114).

A sociedade busca reforçar as ações do governo exigindo que as empresas divulguem suas ações de controle e preservação do meio ambiente, e também para que as mesmas possam recuperar degradações mais graves, como por exemplo, reflorestamento de nascentes.

Conforme Tinoco (2008) *apud* Alchapar (2009, p. 24) cita que:

As questões ambientais, ecológicas e sociais estão presentes, especialmente nos meios de comunicação, que as divulgam diuturnamente em todos os quadrantes do mundo. A contabilidade, os contadores e os gestores empresariais não podem desconhecer esta realidade. Não devemos somente nos preocupar em divulgar as transações econômicas e financeiras entre os agentes, evidenciando “o estado da situação patrimonial” e como se altera essa situação,

mas também atender aos desideratos dos usuários da informação, que exigem informação mais ampla e transparente. Devemos enxergar uma dimensão muito maior para as empresas, dimensão esta que deve no mínimo conter o fator econômico e o fator social.

A concepção das questões ambientais, ecológicas e sociais, vem ganhando corpo a cada dia, isso porque a sociedade percebeu que pode contribuir com campanhas ou com ações sociais que permitem o equilíbrio do ambiente natural. Portanto a contabilidade é um instrumento fundamental na elaboração de registros, evidenciações dos fatos relacionados além de disponibilizar informações para tomada de decisão.

### **2.3.1 Função da Contabilidade Ambiental**

A contabilidade ambiental tem como função informar as empresas como serão exploradas as atividades no campo, as melhores formas de análises, são as demonstrações, essa por meio da contabilidade é indispensável para se obter uma conclusão objetiva e clara na prevenção ambiental, e que a meta estabelecida pela contabilidade, seja contundente com as necessidades ambientais e com equilíbrio na orientação dos agricultores.

### **2.3.2 Impactos Ambientais**

Impactos ambientais são as alterações de alguns dos componentes ambientais, por ações ou atividades que podem ser consideradas como danosa ou benéfica ao meio ambiente.

Para resolução Conama art. 1º de 01/1986, impacto ambiental é definido como:

Art. 1º, para efeito desta resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- 1- a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- 2- as atividades sociais e econômicas;

- 3- a biota;
- 4- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- 5- a qualidade dos recursos ambientais.

Observa-se que de acordo com a resolução Conama 01/1986, que o impacto ambiental pode causar vários danos a sociedades, esses danos pode ser econômicos e sociais causados pelo desrespeito do homem com a natureza.

Carvalho (2008, p.41) diz que: “dano ambiental de uma maneira geral, também pode ser definido como qualquer ato que lesione o meio ambiente, resultando em uma ofensa ou diminuição do patrimônio”.

Neste sentido podemos observar que qualquer material descartado no solo, pode causar vários tipos de transtorno ao meio ambiente e também causar vários riscos à saúde, A contabilidade ambiental veio com o proposto de avaliar e indicar qual caminho adequado a ser utilizado e também informar o que poderia ser evitado se os mesmos não fossem jogados no solo.

Conforme ambiente Brasil: impacto ambiental é dado como:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar população; as atividades sociais e econômicas; a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; qualidade dos recursos ambientais.

Os impactos ambientais é uma das maiores preocupações dos regimentos ambientais, o mais expressivo são: desmatamento sem um controle adequado, resíduos espalhados no solo etc. para que podemos diminuir esses impactos, é fundamental que a população esteja unida no controle e na recuperação das áreas afetadas.

## **2.4 PASSIVO AMBIENTAL**

Passivo ambiental é entendido como as obrigações da entidade decorrente de danos causados ao meio ambiente, a contabilidade frisa que os

mesmos representam as obrigações que venha a ocorrer nas ações de áreas que pode ser recuperada ou reparada. (kraemer, 2007).

Os danos ambientais causados por qualquer atividades revelam que as empresas têm a obrigação e responsabilidade de avaliar e definir, os custos e gastos ambientais gerados a curto, médio e longo prazo, pois todos os custos e gastos gerados serão disponibilizados pela empresa em questão.

Segundo Ribeiro (2000) *apud* Luna (2010, p.09) diz que:

Passivo ambiental representa o sacrifício de benefícios econômicos que serão realizados para a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente de forma a permitir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o meio ecológico ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação às questões ambientais.

Deste modo salienta-se que as empresas devem registrar todos os gastos e despesas, referentes a manutenção das áreas degradadas, todos os fatos devem ser registrados no momento da ocorrência do fato. Se a empresa não provisionar e nem fazer a mensuração das contas referentes ao meio ambiente as mesmas poderão sofrer sanções como: multas ou indenizações em potencial.

Junior (2010, p. 06) também relata que:

O passivo ambiental deve ser reconhecido nos relatórios financeiros se é de ocorrência provável e pode ser estimados, existindo vários padrões de “contingências” que devem ser usados para caracterizar o que seria um evento de ocorrência provável.

Conforme descrito acima, considera - se que o passivo ambiental é designado através de obrigações ocorridas em entidades, que possui conseqüências de eventos passados, presentes ou que venha ocorrer no futuro, pois estes estão amparados por normas legais que obriga as entidades a ressarcirem as adversidades ocorridas no meio ambiente.

### 2.4.1 Origem do Passivo Ambiental

O passivo ambiental origina-se de qualquer mecanismo que venha ocorrer com qualquer empresa que tenha ligação com o meio ambiente, e que esses mecanismos resultem no futuro da empresa, como aquisição de bens permanentes, esses mecanismos segundo Silva (2008) *apud* Mariani (2009, p.23-24) podem ser:

**Bancos:** empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental;

**Fornecedores:** compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental;

**Governo:** multas decorrentes de infração ambiental;

**Funcionários:** remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental;

**Sociedade:** indenizações ambientais;

**Acionistas:** aumento do capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental;

**Entidade:** através de destinação de parte dos resultados (lucros) em programas ambientais.

Os gastos a que vem ocorrer, com aquisição de bens permanentes, pode ser constituído no período atual ou anterior, os mesmos ocorrem quando a empresa tem a necessidade de preservar, proteger ou recuperar áreas ambientais.

Segundo Word Press (2010) passivo ambiental:

Representa toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionada a investimentos na área ambiental.

O passivo ambiental se tornou mais conhecido, por ser mais acionado devido aos problemas ambientais serem mais expressivas, as empresas por sua vez, podem ser penalizadas com multas, indenizações ou reposição do que foi retirado da natureza, as multas e as indenizações também será para recuperação de áreas degradadas. Leite (2010, p.04) diz que:

Passivo ambiental têm seu reconhecimento e contabilização no momento no fato gerador ou quando da possibilidade de ser conhecer sua existência futura a contabilização passa necessariamente por um bom sistema de contabilidade e da postura da empresa frente a existência de passivo ambiental.

O passivo ambiental deve ser reconhecido, quando existir obrigações que ocorreram devido a alguns critérios utilizados pela empresa que por alguma razão não atendeu corretamente as obrigações contábeis relacionadas ao meio ambiente.

## 2.5 RESÍDUOS SÓLIDOS

Resíduos sólidos são processos de produção e transformação de materiais, utilizado e consumido por pessoas ou animais, e que não possui mais nenhuma utilidade em seus objetivos.

Segundo Dias (2002, p. 01), resíduos sólidos englobam:

Todos os materiais rejeitados ou descartados nas atividades domésticas, comerciais e de serviços e englobam materiais com características diversas, desde resíduos inertes (entulhos provenientes de obras e demolições), orgânicos provenientes da manipulação de alimentos e poda, embalagens de vidro, plástico, metal, papel / papelão e até resíduos perigosos como embalagens de produtos destinados a eliminação dos vetores domésticos, tintas e óleos, bem como aqueles com características de resíduos de serviços de saúde.

Portanto os resíduos devem ser separados e entregues em locais seguros, que não ofereçam risco para população, ou enviar para fabricas de reciclagem, aonde esses resíduos vão se transformar em outro objeto.

O Ministério da Saúde (2002, p. 13-14) diz que:

Resíduos sólidos [...] resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, estão incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição.

Observa-se que muitas dessas atividades já possuem um sistema de coleta que proporciona um melhor controle das atividades locais diminuindo assim o aumento excessível de resíduos sólidos espalhados pelo solo.

Ainda de acordo com a dma- fiesp (2009) analisa resíduos sólidos como:

Qualquer material substancia objeto ou bem descartado, nos estados sólidos e semi-sólidos, bem como os efluentes líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento final em rede publica de esgoto ou corpos da água ou exijam, para isto, soluções técnicas ou economicamente inviáveis e os gases que não possuem mais utilização para o qual foram produzidos contidos em recipientes.

Preceitua o autor, que muitos dos resíduos não podem ser deixados a céu abertos, por possuírem composição química, portanto os mesmos devem ser tratados com cuidados especiais para não comprometer ainda mais a saúde humana e o meio ambiente.

### **2.5.1 Resíduos Domésticos**

O site ambiente Brasil: resíduos domésticos são os originados de atividades domésticas tais como restos de alimentos, cascas de frutas, restos verduras, papel, pano, osso, e material ocioso.

Para melhor controle desses resíduos, a sociedade tem um papel predominante no controle dos mesmos e também tem a responsabilidade individual de proteger e controlar os resíduos domésticos no ambiente em que mora, evitando doenças ao redor das residências.

### **2.5.2 Resíduos Industriais**

Os resíduos industriais são provenientes de atividades industriais variadas, em seu processo de produção gera grande quantidade de lixo, alguns desses podem ser reaproveitados, com possibilidade dos resíduos industriais da área de alimentos serem utilizados como ração para animais.

Conforme Monografia.com (2010):

Resíduos industriais são originados de diversos ramos de atividades, tais como: metalúrgicos, o químico, o petroquímico, o de papelaria, indústria alimentícia, etc. o lixo industrial é bastante variado, podendo ser representando por cinzas, lodos, óleos, resíduos alcalinos ou ácidos, plásticos, papel madeira, fibras, borracha, metal, escórias, vidros, cerâmicas. Nesta categoria, inclui-se grande quantidade de lixo tóxico, esse tipo de lixo necessita de tratamento especial, pelo seu potencial de envenenamento.

Como as indústrias geram uma quantidade muito grande de resíduos, os órgãos ambientais estão mais rigorosos com as empresas, isso porque grande parte das empresas não possui cuidados na coleta e na separação desses resíduos, principalmente com os resíduos tóxicos que deve ser armazenados em locais seguro para não causar dano à saúde e ao meio ambiente.

### **2.5.3 Resíduos Comerciais**

Segundo cita vialimpa.com resíduos comerciais são os originados por estabelecimentos comerciais, cujas características dependem das atividades como, por exemplo: resíduos de supermercados, bancos, lojas, bares, restaurantes, hotéis, transportadoras, concessionárias e outras.

Portando os resíduos que mais visíveis nesse processo, são os papéis e os plásticos, pois é uma dependência natural dos comércios porque eles não possuem forma adequada de reaproveitamento.

### **2.5.4 Resíduos Hospitalar**

Os resíduos hospitalares são constituídos de problemas bastante sérios para a administração, por não saber o que fazer com os resíduos gerados pelos hospitais, pois os resíduos são de responsabilidade da administração podendo ser penalizado o hospital que colocar seus pacientes em riscos.

Segundo Ferreira. (1995 p. 317), resíduos hospitalares são os:

Prozuidos em unidades de saúde constituído de lixo comum (papel, restos de jardim, restos de comida de refeitórios e cozinhas etc.), resíduos infectantes ou de riscos biológicos ( sangue, gaze, curativo, agulha etc.), e resíduos especiais (químico farmacêutico e radioativos).

Portanto os resíduos hospitalares não podem ser agrupados a outros tipos de resíduos, porque muitos desses resíduos possuem substâncias que pode causar riscos a população.

### **2.5.5 Os Resíduos Agrícolas**

Os resíduos agrícolas são encontrados em atividades na área agrícola e pecuária, com possibilidades de oferecer ao agricultor grande quantidade de matéria orgânica deixada com o processo de colheita ou manejo da atividade agropecuária, dando ao agricultor a possibilidade de utilizar o uso da compostagem ou podendo ser utilizada como proteção do solo, deixando-o com uma densidade menor.

Conforme ambiente Brasil (2010), os resíduos sólidos das atividades agrícolas e pecuária são aqueles classificados como: embalagens de adubos, defensivos agrícolas, ração, restos de colheita, etc. O lixo proveniente de pesticidas é considerado tóxico e necessita de tratamento especial.

Diz-se que a consciência da população sobre o meio ambiente, fez com que os resíduos agrícolas não tivessem um abandono mais sim ter praticas que possibilita o reaproveitamento dos mesmos, segundo a lei (decreto lei nº 239/97) que estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos, nomeadamente a sua recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação, por forma a não constituir perigo ou causar prejuízo para a saúde humana ou para o ambiente.

## 2.6 RESÍDUOS ORGÂNICOS

Resíduos orgânicos são materiais de origem animal ou vegetal, encontrados em vario ramos de atividades, alguns desses resíduos são: restos de alimentos, cascas e bagaços de frutas e verduras, alimentos estragados, esterco de animais entre outros. Esses resíduos trabalhados produzem nutrientes que fortalece as plantas e evita contaminação dos produtos com o uso de agrotóxicos.

De acordo com Nunes (2009, p 01) resíduos orgânicos são:

As atividades agrícolas e pecuária, assim como a indústria de transformação de seus produtos, geram grandes quantidades de resíduos orgânicos, incluindo folhas, cascas, bagaços, tortas, camas e estercos, entre outros. Todos esses resíduos, se não forem devidamente tratados, podem causar poluição no solo e nos rios.

No entanto, a reutilização dos resíduos orgânicos, garante que é a melhor forma de tratamento, é o seu uso como adubo, assim os problemas ambientais são diminuídos, e conseqüentemente a população terá produtos com qualidade, e sem risco de contaminação química. Na figura 1 podemos ver resíduos orgânicos transformados em adubos orgânicos.

Figura 1 - Adubos Orgânicos



Fonte: Lagoa Santana, (2010)

Esses são resíduos orgânicos provenientes de podas e cortes de árvores, grama, restos de cozinha (restos de alimentos, cascas de frutas, verduras, legumes), resíduos de capina, folhas, palhas, esterco de animais, restos de culturas agrícolas, etc.

## 2.7 AGRICULTURA ORGÂNICA

Neste sentido o conceito de agricultura orgânica segundo, para Souza (2006, p. 84):

[...] é um sistema de produção que evita ou exclui amplamente o uso de fertilizantes, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a produção vegetal e alimentação animal, elaborados sinteticamente. Tanto quanto possível, os sistemas agrícolas orgânicos dependem de rotações de culturas, de restos de culturas, esterco de animais de leguminosas, de adubos verdes e de resíduos orgânicos de fora das fazendas, bem como de cultivo mecânico, rochas e minerais e aspectos de controle biológico de pragas e patógenos, para manter a produtividade e a estrutura do solo, fornecer nutrientes para as plantas e controlar insetos, ervas invasoras e outras pragas.

Observa-se que a agricultura orgânica fornece ao solo nutriente que mantém o solo macio e fortalece o desenvolvimento e a capacidade produtiva, alguns elementos orgânicos com capacidade de manter o solo limpo e sem atrair insetos.

Conforme Roel (2010) agricultura orgânica é: “Todos os modelos de agricultura alternativa em que a produção de alimentos bane o uso de produtos químicos sintéticos”.

Produtos químicos são vistos como um fator preocupante na agricultura, por possuírem vários componentes que são prejudicial à saúde e também ao meio ambiente, esses são motivos que aumentam a procura dos produtos orgânicos.

Primavesi (2005) diz que agricultura orgânica: “É o sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade e

agrotóxicos, além de reguladores de crescimento e aditivos sintéticos para a alimentação animal”.

A agricultura orgânica tem como objetivo o uso adequado dos recursos naturais, adequando o desenvolvimento econômico com a qualidade dos produtos, sem utilizar produtos químicos.

A lei 10. 831/2003 em seu art. 1º preceitua que:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

A lei 10. 831 garante que o sistema orgânico, garante o manejo sustentável e também informa a capacidade econômica e o respeito da sociedade com a natureza, com enfoque na produção e na comercialização de produtos orgânicos.

Segundo Altieri (2010) agricultura orgânica baseia-se:

Em princípios agroecológicos de manejo, objetivando a elaboração de um sistema de produção mais estável, a partir da observação, entendimento e promoção das associações positivas que podem ocorrer dentro do agroecossistema, como controle biológico natural de pragas e patógenos.

Esses princípios garantem o controle dos sistemas de produção e também fortalece o controle biológicos de pragas.

### **2.7.1 Norma de produção orgânica**

O Normativo nº 7 de 17 de maio de 1999, do Ministério da Agricultura e

Abastecimento diz que:

Considera-se unidade de produção, a propriedade rural que esteja sob sistema orgânico de produção. Quando a propriedade inteira não for convertida para a produção orgânica, a certificadora deverá assegurar-se de que a produção convencional está devidamente separada e passível de inspeção.

Essa norma considera que todos os elementos químicos sejam excluídos do processo de produção orgânica, desta forma os produtos orgânicos garante a saúde da população e do meio ambiente com qualidade nos produtos e na preservação ambiental.

A qualidade dos produtos orgânicos demonstrada na figura abaixo:

Figura 2 - Produtos orgânicos



Fonte: Gastronomia e Negócios, (2010)

### 2.7.2 Fertilizantes

Para Junior (2005, p. 24) fertilizantes se da sua produção com: “Substancia minerais ou orgânicas, naturais ou sintéticas, fornecedoras de um ou mais nutrientes de plantas”.

### 2.7.3 Fertilizante orgânico

Conforme cita Junior (2005, p. 24) fertilizante orgânico é:

Produto de natureza fundamentalmente orgânica, obtido por processo físico, químico, físico-químico ou bioquímico, natural ou controlado, a partir de matérias-primas de origem industrial, urbana ou rural, vegetal ou animal, enriquecido ou não de nutrientes minerais.

A vários tipos de materiais orgânicos que podem ser utilizados como fertilizantes. Podendo ser aplicados no solo posterior a sua decomposição para que o processo de fertilização seja mais eficaz, Os principais fertilizantes orgânicos são, esterco de curral, torta de mamona, torta de algodão, resíduos industrializados, vermicomposto. Além de contribuir com a melhoria da fertilidade dos solos, os resíduos orgânicos contribuem para a melhoria da agregação do solo, além de manter o solo úmido por mais tempo. (Giracca, et al 2009)

Os adubos ou fertilizantes são aqueles que apresentam elevados nível de elementos nutritivos que atuam nas culturas de forma essencial e direta, isto por que permiti uma boa absorção dos nutrientes que o solo exige, muitas vezes em quantidades mais elevadas. (Rodella e Alcarde, 2003).

## **2.8 BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS**

### **2.8.1 Benefícios**

O Instituto Imbassai (2007, p. 21e 22) diz que:

O uso de fertilizantes orgânicos e organominerais na agricultura constitui uma pratica em acessão pela ampla disseminação dos seus efeitos benéficos ao solo e as plantas. São vantagens da adubação orgânica:

- Aumenta a população de microorganismo, benefícios ao solo;
- Protege o solo de ser salinizado por altos níveis de adubação química;

- Reduz o custo direto em mais de 20%, comparando com o preço do adubo químico;
- Aumenta a produtividade;
- Diminui a lixiviação de nutrientes minerais, queletiza nutrientes e liga os elementos à matéria orgânica do solo;
- Desagrega as argilas em solos compactados;
- Dá coesão aos solos arenosos;
- Aumenta a capacidade de troca catiônica (ctc);
- Transporta nutrientes até as raízes das plantas;
- Retem e facilita a absorção de nutrientes;
- Tem efeito queletante sobre fé, Mn, Zn, e Cu;
- Produz CO<sub>2</sub> por oxidação, favorecendo a fotossíntese;
- Previne a erosão;
- Previne a contaminação de rios e lagos por não permitir a lixiviação de produtos químicos utilizados na agricultura;
- Diminui a aplicação de defensivos agrícolas.

Esses são alguns dos benefícios que os fertilizantes orgânicos constituem, pois são elementos que favorece a população e também ao meio ambiente protegendo e fornecendo o sistema financeiro do país.

### **2.8.2 Malefícios**

São as constatações dos danos causadas pelos resíduos orgânicos referentes ao meio ambiente e também a saúde da população.

O site [vivaterra.org](http://vivaterra.org) diz que:

A descarga de resíduos sólidos em locais inadequados, pode causar os seguintes danos ambientais:

- Alterar a quantidade do ar em função das emanações de gases e poeiras;
- Poluir as águas superficiais e do subsolo pelos líquidos percolados (chorume) e pela migração de gases;
- Agredir esteticamente o solo devido ao espalhamento do lixo;
- Atrair diversos vetores causadores de enfermidades, como por exemplo, ratos, moscas, baratas, etc.

Esses fatores são cruciais para o desequilíbrio do meio ambiente, e também é um fato que atinge diretamente a economia do país, por ter gastos com a saúde e com a recuperação de áreas degradadas. Esses podem ser evitados, é ter a consciência de que esses resíduos deixados em locais desapropriados vão interferir ainda mais na qualidade de vida futura.

## **2.9 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

### **2.9.1 Princípios**

Os princípios são de ordem jurídica, que orienta e definem as condutas, essas são consideradas essenciais para a contabilidade ambiental, na sua aplicação de normas e também em sua gestão condutora em prol a saúde ambiental e social.

Camahani (2006) frisa que:

As normas constitucionais são dotadas de diferentes graus de eficácia e a sua existência e aplicação obedecem a uma hierarquia no sistema constitucional. Essa estrutura da constituição se apóia justamente nos seus princípios fundamentais, e nenhuma norma está autorizada a violar os alicerces desse edifício jurídico, sob pena deste desmoronar. E mesmo os diversos princípios guardam relação de subordinação entre si, onde os princípios maiores ditam as diretrizes para os menores, harmonizando todo o sistema jurídico-constitucional.

Deste modo os princípios têm grande importância no sistema jurídico, pois identificam a coerência de normas que definem o sistema lógico e racional priorizando a comodidade da sociedade e a preservação ambiental.

## 2.9.2 Princípio da Precaução

Aragão (2008, p.21). Afirma que: “O princípio da precaução destina-se, a regular os chamados “novos riscos” ambientais que se caracterizam por ser riscos globais, retardados e irreversíveis”.

Portanto esses reguladores são determinantes para que os estudos ambientais sejam claros e que suas funções sejam em prol a um desenvolvimento ambiental seguro e afirma que o nível de proteção a saúde seja prioridade.

Riscos globais: são aqueles riscos que atinge um grande âmbito, com magnitudes sem precedentes, ainda sim aqueles que afetam indiretamente a vida como um todo. (Aragão a, 2008).

Riscos retardados: são aqueles que lentamente vão deteriorando o meio ambiente, pois esta dimensão impossibilita ou diminui o estágio de recuperação deixando as futuras gerações com problemas ambientais irreversíveis além de causar vários riscos a saúde. (Aragão b, 2008).

Riscos irreversíveis: são aqueles que de alguma forma tem conseqüências permanente no meio ambiente, por exemplo: extração de recursos naturais não renováveis como a extração de minério, ou até mesmo recursos renováveis como, por exemplo: desmatamento, pois a natureza levará décadas para se recompor.

Segundo Antunes (2005) apud Cavalcante (2006, p. 28) diz que o Princípio da Precaução tem como finalidade:

[...] proteger o meio ambiente, os estados devem aplicar amplamente o critério de precaução conforme as suas capacidades. Quando haja perigo de dano grave ou irreversível, a falta de uma certeza absoluta não deverá ser utilizada para postergar-se a adoção de medidas eficazes em função do custo para impedir a degradação do meio ambiente.

Desse modo, o princípio da precaução é dado como proteção ambiental, sendo os estados responsáveis em aplicar esses princípios nas

áreas que for constatado danos que pode prejudicar o meio ambiente e conseqüentemente a saúde da população.

A lei 6.938/81 em seu art. 2º objetiva:

A política nacional do meio ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I – ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.

Desta forma a visão dada pela lei, busca orientar qual medida a ser tomada pelas entidades, diante de alguns imprevistos a que venha causar dano ao meio ambiente, esse é um dos motivos que as empresas deva estar preparadas para a ocorrência de possíveis danos isso significa que é mais viável prevenir do que fazer recuperação.

Conforme Bohnert (2007), diz que o princípio da precaução:

“Esta diretamente ligada à busca da proteção do meio ambiente, como também a segurança da integridade da vida humana. Este princípio busca um ato antecipado à ocorrência do dano ambiental”.

Seguindo este princípio, as empresas tem mais comodidade em fazer planejamento que mantém a competitividade e assegura mais desenvolvimento social em função do baixo risco de dano ambiental.

Conforme a ACPO o princípio da precaução deverá:

Ser amplamente observado pelos estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

Nossos governantes tem por obrigação zelar pela comodidade população, com procedimentos que viabiliza os mecanismos ambientais, com o

objetivo de diminuir os impactos ambientais e aumentar o poder aquisitivo das empresas em relação a diminuição das degradações.

### **2.9.3 Princípio da Prevenção**

O objetivo do princípio da prevenção é de prevenir os danos causados ao meio ambiente de forma antecipada, para que se obtenham certezas na execução de atividades sem comprometer a vida.

Os fundamentos dispostos no art. 198, inciso II, da CF, diz que as medidas tomadas dispõem de atividades que previne os danos ambientais, para que a população seja mais saudável, já no art. 196, diz que todos os cidadãos têm direito a saúde, e os estados tem o dever de garantir para a população através de projetos sociais e econômicos, soluções que ajude a proteger a comodidade da população e a saúde do planeta. (CF, ART. 198, inciso II e o art.196/88).

Segundo Soares (2010) princípio da prevenção:

Tem como finalidade antecipar, na forma de proteção, algo danoso que possa vir a ocorrer ao ecossistema, e dizer, trabalhar com o intuito de conservar o grupo de organismos existentes, incentivar o nascimento, crescimento e perpetuação, para que todas as pessoas tenham condições de dispor da potencialidade natural de seu espaço ambiental e também as gerações que ainda esta por chegar.

A visão antecipada dos problemas ambientais é eficiente e garante que nosso ambiente permaneça natural. Os danos ambientais já existentes jamais serão recuperados conforme o natural, nosso continente e rico porém fácil de ser degradado.

Cunha (2010) diz que o respeito com a saúde natureza vem reforçado com os princípios como:

O princípio ambiental da prevenção que diz respeito, entre outros objetivos, à prevenção da saúde humana. Nesse sentido já se pronunciou a Convenção de Basiléia, de 1989, ao referir que a maneira mais eficaz de proteger a saúde dos seres vivos é a redução ao mínimo da geração e administração de resíduos perigosos com

risco potencial. Tal convenção possui, como *mens legis*, a idéia de prevenir, na origem, que transformações prejudiciais, ou potencialmente prejudiciais, à saúde humana e ao meio ambiente, possam ser devidamente avaliadas previamente à geração de eventuais conseqüências.

Os resíduos têm grande parcela de responsabilidade na degradação ambiental, porque as administrações dos resíduos em alguns setores não fazem a separação necessária para os resíduos perigosos, assim começa o descontrole ambiental e os riscos de contaminação a saúde fica mais evidente.

#### **2.9.4 Princípio do Poluidor Pagador**

A CF/88, em seu art 225. § 3º preceitua que: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Portanto o princípio do poluidor pagador tem por função, obrigar o gerador do dano a arcar com as responsabilidades de recuperação das áreas degradadas através de multas ou utilizar o método de reconstrução que possibilita melhor adequação ao meio ambiente e também melhora o bem estar da população.

Carvalho (2008 p, 35) analisa poluidor pagador como uma fonte que:

Estabelece a internalização dos custos externos relacionados aos danos ambientais é de responsabilidade do poluidor. Porém, o princípio não está ligada somente a questão da compensação do dano por parte do poluidor. Em outras palavras, a ele são acrescidos os custos relacionados à prevenção, a preocupação e a reparação dano ambiental.

Também podemos salientar que o poluidor além de fazer a reposição da área afetada, tem a obrigação de arcar com os custos referente a prevenção e a reparação que não foram feitas, para que se evitasse o dano causado ao meio ambiente.

## 2.10 Sustentabilidade

Abreu (2008) diz que sustentabilidade:

É um ideal sistemático que se perfaz principalmente pela ação, e pela constante busca entre desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo preservação do ecossistema. Podem-se citar medidas que estão no centro da questão da sustentabilidade ambiental: a aquisição de medidas que sejam realistas para os setores das atividades humanas.

Portanto sustentabilidade são projetos que pode ter continuidade com os sistemas econômicos e financeiros em equilíbrio, preservando os sistemas ambientais e auxiliando as atividades sociais.

Já para Christina (2010) sustentabilidade é: “Usufruir o que tem sem prejudicar as gerações futuras. Ser sustentável é usar somente o necessário, promover o melhor tanto para as pessoas, assim como para o meio ambiente”.

O uso consciente do que temos ou do que produzimos, é um fator determinante na preservação e na continuidade de uma sociedade centrada na valorização e na sustentação de atividades que não causam danos ao meio ambiente e a população.

Segundo (Jannuzzi, 2010) informa que: “Uma sociedade pode ser considerada sustentável quando ela atende as necessidades da geração atual e ainda preserva ou mantém a possibilidade de gerações futuras satisfazerem as suas”.

Portanto podemos dizer que qualquer atividade que se mantém e que não causa dano ambiental pode ser considerada sustentável. Pois garante o funcionamento econômico e social e também fortalece a capacidade de produção futura.

## **2.11 Responsabilidade Civil**

É um meio que permite a restauração do equilíbrio moral e patrimonial que por alguma razão foram desfeitos, permitindo assim redistribuir as riquezas conforme determinado pela justiça (Diniz 2008).

### **2.11.1 Conceito**

Diniz (2008 p, 35) conceitua responsabilidade civil como:

A responsabilidade civil é a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal.

Com base neste conceito a responsabilidade civil pressupõe que o dano causado deve ser reparado pela pessoa infratora, em razão das medidas determinadas pela responsabilidade civil.

Venosa (2010 p, 01) leciona:

Buscam restaurar um equilíbrio patrimonial e moral violado. Um prejuízo ou dano não reparado é um fator de inquietação social. Os ordenamentos contemporâneos buscam alargar cada vez mais o dever de indenizar, alcançando novos horizontes, a fim de que cada vez menos restem danos irressarcidos.

Deste modo observa-se que o equilíbrio de condutas são fundamentais, nas atividades profissionais, o não cumprimento prevê normas que estabelece como as reparações ou restituições pode ser desempenhada pelo causador do dano em prol aquele que por ventura foi lesado.

### **2.11.2 Pressuposto da Responsabilidade Civil**

O CC preceitua em seu art. 927 parágrafo único, que:

Aquele que, por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implica, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Neste sentido todo aquele que modificar o original, fica obrigado a fazer a reparação, com a regra proveniente da responsabilidade de que os ilícitos advêm da culpa.

O fato gerador da responsabilidade civil é baseado na culpa ou na atividade de risco, ou seja, sem culpa, sendo nos dois casos atribuído a responsabilidade de solucionar todos os danos praticados (Diniz, 2008).

### **2.11.3 Responsabilidade por Dano Ambiental**

Segundo Venosa (2010 p, 238) o dano ambiental: “Deve ser considerada abusiva qualquer conduta que extrapole os limites do razoável e ocasione danos ao meio ambiente e desequilíbrio ecológico”.

Deste modo as atitudes tomadas por pessoas ou empresas são determinantes na diminuição de danos ambientais, e que este mecanismo possibilite a população melhor desenvolvimento sustentável fortalecendo o crescimento econômico e garantindo as futuras gerações.

O site a hora do planeta (2010) também diz que:

Responsabilidade Ambiental é um conjunto de atitudes, individuais ou empresarias, voltado para o desenvolvimento sustentável do planeta. Ou seja, estas atitudes devem levar em conta o crescimento econômico ajustado à proteção do meio ambiente na atualidade e para as gerações futuras, garantindo a sustentabilidade.

Um manejo socioambiental correto favorece o desenvolvimento da sociedade e fornece subsídios que definem às metas e também padrão de qualidade, garantindo melhor resultado na atribuição da sustentabilidade.

#### **2.11.4 - Responsabilidade Civil Ambiental – Regra Da Objetividade**

Os danos ambientais possuem regras que responsabiliza civilmente os poluidores, independentemente da culpa, pois o poluidor é obrigado a indenizar ou fazer a reparação dos danos causados a meio ambiente ou a sociedade.

Neste sentido observa-se que a responsabilidade civil é objetiva em matéria ambiental. Obrigando o responsável pelos danos causados, independentemente da culpa. A necessidade de reparação e dada através da demonstração casual entre a conduta e o meio lesado. Assim a responsabilização é indispensável na ação ou omissão, dos eventos que de alguma forma contribuíram para o desequilíbrio ambiental.

Freire menciona alguns casos práticos que devem ser considerados na efetivação ou não do dano ambiental:

Casos: a) uma pedreira que, mesmo utilizando quantidade de explosivos aprovada pelo órgão ambiental, após estudos sismográficos, provoca, com sua atividade, rachaduras em edificações vizinhas; b) uma indústria que, mesmo lançando fumaça dentro dos limites de tolerabilidade legalmente previstos, causa doenças pulmonares aos integrantes da comunidade local. Para estes casos, devem ser examinados fatores tais como: a) se o dano decorre da atividade normal da empresa, ou decorre de ato imprevisto (estouro de barragem, danificação inesperada de um filtro, etc); b) a pré-ocupação da indústria; c) a adequação da norma ambiental; d) a regularidade da empresa sob o aspecto administrativo; e) a correta implementação dos projetos ambientais.

Em se tratando de empresas que exerçam atividade com grande potencial poluidor, a aplicação da responsabilidade objetiva só terá fundamento legal em se tratando de dano ambiental. Outras lesões terão suas condutas dispostas no Código Civil. Um exemplo claro deste fator é que um indivíduo apesar dos avisos morre em decorrência de envenenamento por consumir

frutos recém borrifados no combate de pragas e outros; ou que inadvertidamente resolve por conta própria subir em chaminé e acidenta-se.

O causador do dano ambiental é obrigado, independentemente da culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua conduta.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos desta pesquisa classifica-se como, qualitativa descritiva e explicativa.

Segundo Lakatos (2006, p.272) “a finalidade da pesquisa científica não é apenas a de fazer um relatório ou descrição dos dados pesquisados empiricamente, mas relatar o desenvolvimento dando um caráter interpretativo aos dados obtidos”.

De acordo com Lakatos (2006, p.271) pesquisa qualitativa:

Pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas qualitativas de características ou comportamentos.

Portanto pode-se dizer que essas pesquisas têm o objetivo de priorizar as idéias construídas, e possibilita variados pontos que pode ser considerados nos fatos estudados.

De acordo com Gil (2010, p.27) pesquisa descritiva “tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

Ainda de acordo com Gil (2010, p.28) pesquisa explicativa “têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Estas pesquisas são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois têm como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas”.

Essas pesquisas contarão com procedimentos bibliográficos, utilizarei informações em publicações, artigos livros e meio eletrônico. Os mesmos terão fundamentos em contabilidade ambiental e principalmente na área de resíduos agrícolas orgânicos em pequenas propriedades rurais.

Segundo Gil (2010, p.29) “pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”.

No decorrer deste trabalho estarão expostos os resultados obtidos, feitos com material bibliográfico e com auxílio de meio eletrônico. Estes materiais terão mais aprofundamentos nas leituras para melhor conclusão do trabalho.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Através do referencial teórico analisa-se que a contabilidade ambiental tem a responsabilidade de informar aos seus usuários e a sociedades os fatos ocorridos que de alguma forma tem relação com o meio ambiente, alguns desses pode ser reconhecidos como descontrole ambiental podendo afetar o desempenho interno e externo das empresas, no controle interno é afetado principalmente o desempenho econômico da empresa, pois este fator influencia a organização e pode interferir no patrimônio das empresas.

A contabilidade ambiental evidencia as atividades relacionadas com o meio ambiente, através da influência expostas nas informações obtidas para a tomada de decisão, objetivando a evolução do patrimônio e também da economia, com projeções que possa servir de referências nas organizações, as interações relacionadas ao meio ambiente é evidenciada através da distribuição de investimentos como: manutenção e prevenção, gastos na educação ambiental, gastos de funcionários, gastos de pessoas autônomas gastos com a educação da sociedade, com a intenção de buscar equilibrar os projetos de sustentação ambiental.

Deste modo podemos salientar que as empresas devem registrar todos os gastos e despesas, referentes a manutenção das áreas degradadas, todos os fatos devem ser registrados no momento da ocorrência do fato. Se a empresa não provisionar e nem fazer a mensuração das contas referentes ao meio ambiente as mesmas poderão sofrer sanções como: multas ou indenizações em potencial.

O passivo ambiental é evidenciado de forma separada no balanço ou em notas explicativas, descrevendo o método de mensuração, e provisionando as perdas, importante quesito para se evitar desvios de informações nos relatórios contábeis.

A evidenciação do passivo ambiental é dada pelo registro de efetuar reparação aos danos ambientais com alternativas viáveis para a recuperação, quando solicitados isso por considerar alguns custos que incorrerem sobre estas causas, os elementos que constitui a evidenciação são formados por:

bancos, instituições financeiras, investimentos na gestão ambiental entre outros.

A contabilidade ambiental referencia que os resíduos orgânicos busca integrar estímulo de desenvolvimento sustentável nas produções orgânicas, com modelos claros de controle ambiental e gerenciamento das normas contábeis. A contabilidade busca afirmar através da evidenciação, objetivos claros de que as informações esta sendo completas e confiáveis em relação à saúde econômica e financeira da empresa.

Os princípios ambientais são de ordem jurídica que estabelece na essência da lei as formas e os padrões geridos pela contabilidade ambiental com o intuito de precaver alguns fatores que por ventura venha ocorrer no meio ambiente, o principio da prevenção visa antecipar os problemas e trabalhar de forma que garante a proteção ambiental e social, o poluidor pagador estabelece a obrigação que o gerador do fato tem em fazer à recuperação dos danos causados a natureza.

A sustentabilidade é gerida de informações que busca alavancar com projetos contínuos dos fatos econômicos e financeiros mantendo em equilíbrio as evidenciações ambientais como a preservação, porem qualquer atividade que mantém o equilíbrio econômico e que usa a contabilidade de forma que pode ser considerado sustentável, a produção orgânica é considerada sustentável quando utilizada em sua produção somente produtos de origem orgânica, deixando de lado produtos convencionais de composição química.

## 5 CONCLUSÃO

A contabilidade ambiental é dada como um instrumento que auxilia as empresas em suas ações contemplando os setores que utiliza os recursos naturais, como sendo fonte de sustentação, como é o caso dos resíduos orgânicos e as madeiras entre outras.

A melhoria dos sistemas de produção orgânica oferece os subsídios necessários para seu funcionamento, uma vez que também garante lucros consideráveis sem causar danos ambientais, e melhor ajudando o meio ambiente, pois a reutilização dos dejetos e os adubos orgânicos fortalecem o solo e protegem os microrganismos que deixam o solo produtivo.

A contabilidade evidencia os resíduos orgânicos, por possuir vantagens econômicas e possuir respaldo da legislação no que servirá para fortalecer a qualidade dos produtos e também mantém a preservação ambiental, os adubos orgânicos aumentam a aeração e permite que o solo fique úmido, além de controlar as doenças e pragas.

Em busca de identificar a contribuição da contabilidade ambiental, sobre a evidência dos resíduos orgânicos, é observado que estas foram aplicadas com o objetivo de manter a eficiência dos produtos orgânicos e disponibilizar a sociedade um controle contundente de suas atividades.

A hipótese um foi confirmada, pois a contabilidade ambiental evidencia os resíduos orgânicos de forma a ressaltar a qualidade dos produtos que os mesmos oferecem a população e também ao controle ambiental.

A hipótese dois não se confirmou, pois a contabilidade evidencia os resíduos orgânicos.

O objetivo geral também foi alcançado, pois os resíduos orgânicos foram verificados e concluídos que os mesmos são evidenciados na contabilidade ambiental, por serem tratados e indispensáveis para a qualidade dos produtos e manter o equilíbrio na orientação e no combate dos danos ambientais.

Portanto conclui-se que a pesquisa evidencia os resíduos orgânicos na contabilidade ambiental por meio de informações obtida e demonstrada através de um estudo que favorece a sociedade e também ao meio ambiente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Carlos. **Sustentabilidade ambiental – o que é a sustentabilidade ambiental:** disponível em: <<http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-ambiental-o-que-e-a-sustentabilidade-ambiental/>> acessado em 22 out. 2010.

ACPO. ORG. BR. **Os fundamentos do principio da precaução:** disponível em: <[http://www.acpo.org.br/princ\\_precaucao.htm#brasil](http://www.acpo.org.br/princ_precaucao.htm#brasil) > acessado em 16 out. 2010.

ALCHAPAR, Márcia Manhani. **Contabilidade ambiental: grau de desenvolvimento em Juina - MT./** 1ª Ed. Juina- MT 2009. 84p.

AMBIENTE BRASIL. Conceitos de avaliação, estudos e relatórios de **impactos ambientais:** disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/diretrizes\\_ambientais/conceitos\\_de\\_avaliacao,\\_estudos\\_e\\_relatorios\\_de\\_impactos\\_ambientais.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/diretrizes_ambientais/conceitos_de_avaliacao,_estudos_e_relatorios_de_impactos_ambientais.html)> acesso em: 19 set. 2010.

ARAGÃO, Alexandra. **Princípio da Precaução:** Manual de Instruções. Ver. Cedoura nº22 Ano XI 2.08 editora Coimbra 2008.

A HORA DO PLANETA. **Responsabilidade Ambiental:** disponível em <<http://ahoradoplaneta.blogspot.com/2010/05/responsabilidade-ambiental.html>> acessado em: 19 de Nov. 2010.

BERTI, Anélio. **Contabilidade geral /** Anélio Berti. São Paulo : ícone, 2001. 206p.

BOHNERT, Luciana Neves. **Princípio da precaução no direito ambiental:** disponível em:<<http://www.webartigos.com/articles/2558/1/Principio-Da-Precaucao-No-Direito-Ambiental/pagina1.html>> acessado em 16 out. 2010.

BRASIL, Ministério da saúde. **Saúde ambiental e gestão de resíduos de serviços de saúde/** 2002.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental./** Gardenia Maria Braga de Carvalho./ 2ª Ed./ Curitiba: Juruá, 2008. 218p.

CHRISTINA, Elizabeth. **O que é sustentabilidade ambiental**: disponível em: <<http://66.228.120.252/redacoes/2185772>> acessado em 23 out. 2010.

CUNHA, Paulo da. Aplicação do princípio da prevenção e a garantia constitucional a um meio ambiente sadio: disponível em: <<http://paulodacunha.adv.br/?p=23> > acessado em 17 out. 2010.

CAVALCANTE, Sérgio Ribeiro. **Princípio da Precaução Ambiental: uma diretriz política, constitucional, administrativa e jurisdicional nas presunções científicas**: disponível em: <[http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/PPrec.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/PPrec.pdf)> acessado em 14 nov. 2010.

CAMANHANI, José Augusto Adami. **Princípios Ambientais**: disponível em <[http://www.ecolnews.com.br/art\\_principios\\_ambientais.htm](http://www.ecolnews.com.br/art_principios_ambientais.htm)> acessado em 17 de Nov. 2010.

DIAS, Sandra Maria furiam, **Caracterização física dos resíduos sólidos urbanos: uma etapa preliminar no gerenciamento do lixo**, 2002.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, 7<sup>o</sup> volume: **responsabilidade civil** / Maria Helena Diniz. – 22. Ed. Ver. , atual. E ampl. de acordo com a reforma do CPC e com o projeto de lei n. 276/2007. – São Paulo: Saraiva 2008. 692p.

FERREIRA, João Alberto. **Resíduos sólidos e lixo Hospitalar: uma discussão Ética**: disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd48/v11n2a14.pdf> > acessado em 14 out. 2010.

FREIRE, William, **Direito ambiental brasileiro**. Ed. AIDE, 2<sup>a</sup> ed, pág. 24.

GIL, A. C. **técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias** – 4<sup>o</sup>Ed. São Paulo: atlas, 2002.

GIRACCA, Ecila Maria Nunes, et al. **Tipos de fertilizantes**: disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/fertilizantes/FormulacaodeAdubos.aspx>> acessado em 25 out. 2010.

GRANDA, Alana. **Fertilizantes orgânicos reduzirão dependência brasileira de nutrientes**: disponível em:

<<http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=fertilizantes-organicos-dependencia-brasileira-de-nutrientes&id=010125090114>> acessado em 25 out. 2010.

IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Compostagem:** Disponível em <<http://www.ibam.org.br/publique/media/Boletim5rs.pdf>> acessado em 29 out. 2010.

INSTITUTO IMBASSAI. **Processamento de resíduos orgânicos:** disponível em:

<<http://www.institutoimbassai.org.br/arquivos/Projetos/ProjetoJKUsinaFertilizantesOrganicos.pdf>> acessado em 25 out. 2010.

IUDICIBUS, Sergio de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação/** Sergio de Iudicibus, José Carlos Marion. – 4. ed. São Paulo: atlas 2006. 288p.

\_\_\_\_\_, Sergio de. **teoria da contabilidade/** Sergio de Iudicibus-8.ed.- São Paulo: atlas,2006. 354p.

JANNUZZI, Gilberto de Martino. **Indicadores de desenvolvimento sustentável:** disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/3104973/Indicadores-de-sustentabilidade>> acessado em 23 out. 2010.

JUNIOR, Sebastião Bergamini. Contabilidade e risco ambiental: Disponível em: <[http://www.fundoamazonia.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf)> acessado em 11 set. 2010.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade ambiental.** Relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente: disponível em <<http://br.monografias.com/trabalhos/contabilidade-ambiental/contabilidade-ambiental.shtml#respsocamb>> acesso em 26 set. 2010.

LEITE, Rita Mara. **Passivo ambiental:** Evidenciação do passivo ambiental e interação das empresas com o meio ambiente: disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congresso1/02/CUE085.pdf>> acessado em 21 set. 2010.

LIMA, Arievaldo Alves de. **Objetivos e aspectos relevantes (disclosure):** disponível em: <[http://www.grupoempresarial.adm.br/download/uploads/Disclosure%20algumas%20consideracoes%20NE1\\_M7\\_AR.pdf](http://www.grupoempresarial.adm.br/download/uploads/Disclosure%20algumas%20consideracoes%20NE1_M7_AR.pdf)> acessado em 23 out. 2010.

LUNA, Isaura costa. Contribuição ao estudo da evidenciação dos **passivos ambientais** nas demonstrações contábeis: disponível em: <<http://www.contabeis.ucb.br/sites/000/96/00000242.pdf>> acesso em 25 set. 2010.

MACHADO, Carla Mara. **Contabilidade ambiental:** o papel da contabilidade na evidenciação de investimento, custos e passivos ambientais/ Carla Mara Machado. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/CONTABILIDADE%20AMBIENTAL\\_%20O%20PAPEL%20DA%20CONTABILIDADE%20NA.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/CONTABILIDADE%20AMBIENTAL_%20O%20PAPEL%20DA%20CONTABILIDADE%20NA.pdf)> acessado em 18 set. 2010.

MARIANI, JOCEANE. **Responsabilidade Socioambiental:** evidenciação do passivo ambiental/ JOCEANE MARIANI - 1.ed.- juina: 2009.

MONOGRAFIAS. **COM A questão ambiental e os resíduos industriais:** disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/residuos-industriais/residuos-industriais.shtml>> acessado em 13 out. 2010.

NUNES, Walder Antonio Gomes Albuquerque. **Uso agrícola de resíduos orgânicos:** disponível em: <<http://www.chacaradeorganicos.com.br/tag/residuos-organicos/>> acessado em 15 out. 2010.

PRIMAVESI, Ana Maria. **O que é agricultura orgânica:** disponível em: <<http://www.aao.org.br/>> acessado em 23 out. 2010.

RODELLA E ALCARDE Arnaldo Antonio, José Carlos. **Requisitos de qualidade física e química de fertilizantes minerais:** disponível em: <<http://www.dpv24.iciag.ufu.br/new/dpv24/Apostilas/Qualidade%20Fertilizantes%20-%20Rodella%2003.pdf>> acessado em 25 out. 2010.

ROEL, Antonia Railda. **A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura:** disponível em: <[http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4\\_antonia\\_railda.pdf](http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_antonia_railda.pdf)> acessado em out. 2010.

SEIFFERTI e PERDOMO, Nelson Frederico, Carlos Claudio. **Aptidão de solos da bacia hidrográfica do rio do peixe para aporte de fertilizantes orgânicos:** disponível em: <<http://docsagencia.cnptia.embrapa.br/suino/comtec/cot230.pdf>> acessado em 25 out. 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** – Ed revisada e ampliada de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Jardel de Freitas. **Princípio da prevenção e o meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/doutrina-artigos/o-principio-da-prevencao-e-o-meio-ambiente-1767189.html>> acessado em 16 out. 2010.

VIALIMPA.COM. **Coleta e destinação de resíduos**: disponível em: <<http://www.vialimpa.com.br/default.asp?id=33&mnu=33>> acessado em 13 out. 2010.

VIVA TERRA, **Resíduos Sólidos - Lixão**. Disponível em: <[http://www.vivaterra.org.br/vivaterra\\_lixao.htm](http://www.vivaterra.org.br/vivaterra_lixao.htm)> acessado em 02 nov. 2010

WARREN, Carl s et al. **Contabilidade Gerencial**; tradução da 6 ed. Norte Americana Andre, o.d castro.—São Paulo: pioneira thonsom Le arning, 2003. P 463.

WORDPRESS. **Passivo ambiental**: disponível em: <<http://qualidadeonline.wordpress.com/2010/07/01/passivo-ambiental/>> acessado em 20 set. 2010.

ZANLUCA, Julio Cesar. **O que é contabilidade ambiental**: disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>> acessado em 27 out. 2010.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil** / Silvio de Salvo Venosa.- 10. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010. – (Coleção direito civil; v. 4) 376p.